

ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Comunica a instalação da comissão especial que analisará indicação do governador para compor a diretoria da Agesan.

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Reporta-se ao PL n. 0120/2012, que dispõe sobre a reversão de imóvel ao município de Florianópolis.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Fala sobre o Código Florestal que está na iminência de ser votado no Congresso Nacional.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Parabeniza o Ministério Público pela explanação feita pelo procurador-geral Lio Marcos Marin.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à votação do Código Florestal Brasileiro.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta preocupação com a área da saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Parabeniza os organizadores do *Coletivo Catarinense - Memória, Verdade e Justiça*.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra visita ao município de Bocaina do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, a Assembleia tem emitido vários sinais e parece até que a assessoria conspira para indicar a este deputado que o seu tempo de permanência nesta Casa se aproxima do fim.

Quando cheguei aqui, há quatro mandatos, era o mais novo daquela legislatura, deputado Antônio Aguiar, e agora acabei de receber o Ato da Presidência n. 0009/2012, para fazer a leitura e a convocação na condição de deputado mais experiente.

Na condição de deputado mais experiente também, v.exa. constituiu o Ato n. 0009/2012, constituindo comissão especial integrada por este deputado e os deputados Elizeu Mattos, Aldo Schneider, Serafim Venzon, Pedro Baldissera, Ismael dos Santos e Sargento Amauri Soares, com a finalidade de apreciar a indicação do sr. governador do estado do nome sr. Marco Antônio Azambuja para compor a diretoria colegiada da

Agência Reguladora de Serviços e Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - Agesan, no cargo de diretor jurídico.

Então, na condição de deputado mais experiente dos indicados, convoco s.exas. para, às 15h, no gabinete de v.exa., sr. presidente, com a sua permissão, fazermos a instalação da comissão e a eleição do presidente e do relator para a apreciação dos nomes.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Joares Ponticelli, teremos agora uma sessão especial, cumprindo preceito constitucional, destinada a ouvirmos o relatório de atividades do Ministério Público Estadual, do ano de 2011. Tão logo seja concluída essa sessão especial, ficam convocados os membros da comissão para comparecerem ao gabinete da Presidência.

Esta Presidência vai suspender a presente sessão ordinária, para que possamos realizar uma sessão especial, a fim de ouvirmos o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na pessoa do procurador-geral, dr. Lio Marcos Marin.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Gostaria de registrar a presença dos representantes dos trabalhadores da área da Saúde, do Sindsaúde e também do Fórum Catarinense em Defesa do Sistema Único de Saúde e contra as Privatizações da Área da Saúde.

Sejam muito bem-vindos!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Quero apenas reforçar o convite aos membros da Comissão Especial para que nos dirijamos ao gabinete da Presidência para a instalação da comissão, a eleição do presidente e do relator e para analisar a indicação feita pelo sr. governador para a

Agência Catarinense, relativa à substituição de vagas na agência.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Está feito o convite.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PCdoB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, srs. e sras. telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, assomo à tribuna na tarde de hoje, srs. deputados e sras. deputados, para tratar de um assunto extremamente importante e que toca no dia a dia do florianopolitano, de todas aquelas pessoas que para cá correm para trabalhar ou para nos visitar e das pessoas que estudam e trabalham na Universidade Federal de Santa Catarina.

Deputado Romildo Titon, há muito se houve a expressão mobilidade urbana, o que nada mais é do que trânsito parado, excesso de carros, cidade crescendo e o arruamento ficando na mesma situação de dez, 20 anos atrás.

Uma situação que mexeu com a cidade de Florianópolis e que mexe sobretudo com a comunidade da Trindade, Córrego Grande, Pantanal e Saco dos Limões diz respeito à duplicação da rua Antônio Edu Vieira, que leva exatamente o campus da universidade ao Saco dos Limões.

Na época em que Angela Amin era prefeita de Florianópolis foi elaborado um projeto para a duplicação daquela rodovia, bem como foi contratado um empréstimo internacional para fazer a referida duplicação.

Vejam, sr. presidente e srs. deputados, que há mais de dez anos estamos no impasse de querer fazer a duplicação da rodovia para resolver a questão da mobilidade da região. Mas, infelizmente, o conselho universitário da referida

universidade se nega a doar apenas 20.000m² do terreno doado pelo governo do estado para que a prefeitura possa fazer a duplicação praticamente do trevo do Córrego Grande até o trevo da Eletrosul. São 20.000m² de um total de quase 1.000.000m² que a Universidade Federal de Santa Catarina recebeu por doação do governo do estado.

Srs. deputados e sras. deputados, que, na condição de secretário de estado da Administração, no primeiro governo de Luiz Henrique da Silveira, por intermédio da Lei n. 13.000, de 18 de junho de 2004, fez-se a regularização para a doação de todos os terrenos do campus da UFSC instalado no bairro da Trindade. Foram várias glebas de terra que esta Casa, deputado Romildo Titon - e v.exa. já estava aqui naquela época -, votou favoravelmente para que o estado pudesse fazer a doação para regularizar as terras que hoje pertencem à universidade.

Pois bem, a própria universidade, juntamente com a especulação imobiliária, vem dificultando a mobilidade urbana naquela região. Mas a prefeitura municipal, ao longo desse tempo, tem procurado solucionar o problema para dar a dita mobilidade urbana à população que lá se encontra.

Imaginem que, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores, depois de quase dez anos de discussão, depois de quase dez anos do projeto pronto, depois dos quase dez anos dos recursos em caixa, a Universidade Federal de Santa Catarina simplesmente diz não à duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira. E a população catarinense fica estarrecida quando lê matérias como esta publicada no jornal *Notícias do Dia*, no dia 14 de março: *Passo atrás na rua Edu Vieira*. Também o *Diário Catarinense* do dia 14 de março traz uma matéria de página inteira: *Mobilidade na Capital - UFSC Adia Decisão sobre Terreno*. E assim sucessivamente.

Deputado Romildo Titon, o art. 3º, *caput*, da Lei n. 13.000, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 3º. O donatário não poderá, sob pena de redenção, desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel salvo por interesse público

devidamente justificado com a anuência escrita do doador.”

Quer dizer, parte do terreno não foi utilizada para a instalação do *campus*. E se não foi utilizada para a instalação do *campus*, é passível de reversão e de doação à prefeitura municipal da capital.

Por isso, deputado Romildo Titon, senti-me na obrigação de protocolar nesta Casa o Projeto de Lei n. 0120/2012, que dispõe sobre a reversão de imóvel ao município de Florianópolis, conforme prevê a Lei n. 13.000, de 18 de junho de 2004.

Esta Casa tem competência! Se legislou em 2004 em favor da Universidade Federal de Santa Catarina, regularizando todos os imóveis, por que não pode proceder à competente reversão? É isso que esta Casa pode fazer!

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Quero parabenizar v.exa., deputado Marcos Vieira, pelo tema levantado, que é a grande preocupação de todos aqueles que residem na capital do estado e também daqueles que por aqui passam: o problema da mobilidade urbana, que a cada dia se torna mais difícil e mais complexo e que não tem prazo para terminar, sem dúvida nenhuma.

O meio-oeste catarinense, diante de toda essa situação que a capital enfrenta; o meio-oeste que é o centro do estado de Santa Catarina, que é o miolo do estado de Santa Catarina, espera de braços abertos a transferência da capital para lá, o que resolveria o grande problema de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, deputado Romildo Titon.

Rogo ao Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina que reveja sua posição e faça com que a comunidade do Pantanal seja beneficiada, doe terreno à prefeitura para a duplicação...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -
Com a palavra o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje a bancada do PMDB definiu trazer um tema recorrente para a tribuna desta Casa, um tema extremamente importante para a população brasileira, um assunto para o qual vamos dar o nosso posicionamento como bancada e como deputado de uma região agrícola. Estou falando sobre o Código Florestal que está na iminência de ser votado no Congresso Nacional. Logicamente essa votação é determinante para que o Brasil volte a produzir, dando tranquilidade ao campo, principalmente às questões que estão afetas às pequenas propriedades brasileiras.

(Passa a ler.)

"O atual Código Florestal Brasileiro foi concebido através da Lei Federal n. 4.771, de 1965, portanto, há 47 anos.

Durante esse período, várias modificações através de decretos, portarias e instruções normativas foram publicadas no sentido de regulamentar, alterar, modificar e normatizar o Código Florestal Brasileiro no que tange à conservação dos recursos naturais, classificação e utilização das florestas, manutenção da biodiversidade e apoio ao desenvolvimento sustentável do país.

No nosso entendimento, mesmo com esse arcabouço legal, as questões ambientais precisam ser mais bem definidas, modernizadas e adequadas às condições de cada região e de cada estado. Não podemos continuar engessados às legislações e normas que não atendam mais as reais necessidades do país.

O mundo evoluiu, o Brasil se transformou na sexta maior economia do planeta e continua em ritmo de crescimento. Entretanto, os setores primários e o agronegócio necessitam de regras claras e seguras para planejar suas atividades e realizar seus negócios dentro de uma legislação

pertinente com vistas à proteção do meio ambiente. Isso significa utilização dos recursos naturais com racionalidade.

As discussões acerca da necessidade de um novo Código Florestal Brasileiro passaram a ser mais intensas a partir de julho de 2010, sendo aprovado na Câmara dos Deputados somente em maio de 2011. Após diversas modificações no Senado, o novo Código Florestal retornou à Câmara dos Deputados, onde será apresentado e votado em plenário no decorrer de abril, antes de seguir para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

A implantação de um novo Código Florestal é de extrema importância para o desenvolvimento sustentável do país, por isso é uma matéria polêmica e de muita complexidade.

Os pontos mais polêmicos, os quais estão provocando muitas discussões entre os ambientalistas e representantes ruralistas, referem-se à anistia dos desmatamentos até 2008, o dimensionamento das APPs e a obrigatoriedade da reserva legal.

Nesta oportunidade, quero fazer referência à Lei Estadual n. 14.675, de abril de 2009, que instituiu o Código Ambiental de Santa Catarina”.

Eu gostaria de dizer a todo o nosso estado que esta proposição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, através dos seus membros, culminou com o que o Congresso Nacional e o governo federal buscassem esse tema, a fim de aprimorar as questões relativas ao uso do solo e do meio ambiente.

O Código Ambiental Catarinense foi o embrião, o início dessa grande discussão em Brasília, exatamente porque nós, catarinenses, acreditamos que agora, no mês de abril, o Congresso Nacional, através da votação na Câmara dos Deputados, irá se posicionar definitivamente quanto à aprovação desse Código. E gostaria de registrar desta tribuna a importância da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no que tange a criação do Código Ambiental Catarinense. A partir daí, deputado Romildo Titon, de 2009 até hoje, o Congresso Nacional evoluiu muito nessas discussões

exatamente porque foi provocado por uma das Assembleias Legislativas do Brasil e aqui por deferência à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Então, quero render as nossas homenagens a todos os deputados que por unanimidade aprovaram o Código Ambiental Catarinense, porque através dessa aprovação é que o Congresso Nacional começou a estudar a possibilidade de transformar essa questão do Código Florestal Nacional.

(Continua lendo.)

"Em seu art. 1º, essa lei ressalva a competência da União e dos municípios, estabelece normas aplicáveis ao estado de Santa Catarina, visando à proteção e à melhoria da qualidade ambiental do seu território".

É exatamente isso que nós deputados e catarinenses defendemos, que é a questão de legislação, de quantos metros de rio, o que e de que forma plantar, e como nós, o estado de Santa Catarina, o estado do Paraná, o estado de Roraima, podemos decidir sobre essas questões.

Por isso o Código Ambiental Catarinense foi de grande valia, exatamente porque no seu art. 1º já preservava as questões estaduais, porque, de acordo com o Código Florestal Nacional, o que é aplicado em Tocantins é aplicado em Santa Catarina.

Então, essa questão que criamos em nosso estado realmente foi uma grande contribuição para o Parlamento brasileiro.

(Continua lendo.)

"Reconhecemos o Código Ambiental Catarinense como uma grande contribuição do nosso estado ao país.

Aprovado nesta Casa, na legislatura passada e sancionado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, o Código Ambiental Catarinense é considerado por muitos como um modelo de legislação ambiental. Mesmo se encontrando sob análise quanto à sua constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, foi peça fundamental para desencadear a discussão visando à elaboração do novo Código Florestal Brasileiro hoje em

discussão no Congresso Nacional.”

Mas o mais importante, independentemente da análise do STF, é que Santa Catarina saiu na frente quanto ao aspecto da questão ambiental, de termos um Código Nacional, a fim de que pudesse dar as diretrizes e as adaptações locais de cada estado e, de preferência, cada município fazendo as suas adaptações. E essa questão foi peça fundamental para desencadear a discussão visando à elaboração do Código Florestal do Brasil.

Eu gostaria de, neste momento, deputado Romildo Titon, v.exa. que foi o relator do Código Ambiental catarinense, dizer que com certeza a análise desse Código despendeu muito trabalho, muita dedicação, muito esforço, muitas audiências públicas.

Com certeza o Código Ambiental catarinense não foi escrito e pautado no ambiente desta Casa Legislativa, mas sim fora da porta do Parlamento, ouvindo a sociedade produtiva e a sociedade no que se refere às questões de conservação do meio ambiente.

Por isso que na condição de deputado do PMDB, na condição de líder deste partido, gostaria de enaltecer todo esse trabalho que foi feito pela legislatura anterior na Casa do Povo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Deputado Aldo Schneider, quero parabenizá-lo também pelo tema que traz, que atualmente é o grande tema nacional, que é a expectativa de toda a sociedade e uma inquietação muito grande para a classe dos agricultores de todo o Brasil.

Como v.exa. falou, Santa Catarina deu um exemplo ao Brasil, deu o pontapé inicial, provocou um debate nacional, fez e acordou o Congresso Nacional para mexer definitivamente no Código Florestal Brasileiro quando aqui implantamos o Código Ambiental catarinense. Foi o primeiro estado a fazer isso no Brasil.

O nosso estado tem apenas 1.3% do território

brasileiro, mas é o quinto maior produtor do Brasil, dando exemplo ao nosso país em termos de preservação. Quarenta e dois por cento da área de Santa Catarina é de preservação, mata virgem. Poucos estados do Brasil têm essa qualificação. Por isso que talvez tínhamos autoridade de ser o primeiro no Brasil a tomar a iniciativa de criar uma legislação própria. Mas vejo isso agora como uma grande preocupação, deputado Aldo Schneider.

Hoje, depois de ouvirmos o debate na Câmara Federal, vimos que ocorreram, posteriormente, modificações no Senado e um avanço muito grande na Câmara Federal. Retroagiram no Senado, agora voltou para a Câmara dos Deputados, mas não sei se vai haver autoridade suficiente para resistir à pressão dos órgãos ambientalistas, como também da própria presidente Dilma Rousseff. Uma inquietação muito grande na classe.

Eu fiz esse comparativo porque como fui relator ajudei a escrever muitos desses artigos. E quando tramitou no Congresso Nacional procurei fazer os comparativos com o nosso. A grande maioria é cópia idêntica ao de Santa Catarina, mas houve algumas provocações de uma preocupação que talvez fosse o erro do Congresso Nacional em se preocupar mais em anistiar as multas e aqueles que estão devendo por crimes ambientais, deixando correr outras áreas.

Srs. deputados, a resistência maior hoje no governo está nas áreas consolidadas. Esse é o capítulo principal. E se esse capítulo não avançar e não for mantida a consolidação, certamente teremos um grande prejuízo na área da agricultura, porque áreas que são produtivas hoje terão que ser recuperadas. E naturalmente Santa Catarina, que é o quinto maior produtor, vai cair, e a grande maioria das nossas pequenas propriedades vai fechar as portas, porque se tivermos que deixar 50m de área de preservação de uma fonte, de uma nascente, se tivermos que deixar 30m de área das APPs dos rios, se não pudermos construir nem preservar a propriedade que está a 20m de uma nascente, as nossas propriedades, que são de pequeno porte, naturalmente fecharão em grande

parte, não somente em Santa Catarina como no Brasil. Mas acredito num artigo apenas de que talvez ainda o Congresso Nacional consiga recuperar, que é a delegação, ou seja, passar para os estados a autonomia de legislar sobre determinadas áreas. Somente assim iremos salvar a nossa agricultura brasileira.

Muito obrigado e parabéns pelo tema.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a v. exa. o aparte. O nobre deputado tem autoridade para discutir esse assunto, até pela condição de relator do Código Ambiental Catarinense e profundo conhecedor das questões agrícolas e ambientais de Santa Catarina.

Evidentemente que nós, deputados estaduais, fizemos a nossa parte no sentido de instigar o debate em nível nacional. Mas agora que estamos nos encaminhando para a votação na Câmara dos Deputados, conclamo aos colegas parlamentares que se posicionem favoravelmente à aprovação desse Código exatamente com um artigo que define que o estado pode legislar sobre a questão ambiental de cada estado.

Vemos, na condição de morador de pequenos municípios catarinenses, onde a nossa base eleitoral de convivência familiar está nos pequenos municípios de Santa Catarina, que o que se pretende aplicar, através da sanção, dessa ideia de 50m do rio, praticamente inviabiliza toda a nossa agricultura, principalmente do vale do Itajaí.

Então, solicito aos colegas deputados que façamos um grande coro, juntamente com os deputados federais de Santa Catarina, principalmente aqueles que defendem de uma forma muito autêntica a produção agrícola em nosso estado, já que são muitos os deputados da bancada ruralista, para que possamos criar uma lei nacional que dê tranquilidade ao campo e às pessoas que ainda escolheram e optaram por permanecer na agricultura brasileira e catarinense.

Mesmo com todas as dificuldades de se viver no campo, temos verdadeiros heróis, onde pais, mães,

famílias inteiras ainda vivem do seu trabalho oriundo da agricultura.

Logicamente que o governo, como instituição municipal, estadual, federal, deve estar ao lado dessas pessoas, até porque temos a obrigação de estar ao lado das pessoas que mais necessitam. Mas não dando esmola, pelo contrário, criando uma legislação que dê condições a essas pessoas de, através do seu trabalho, ter uma remuneração digna e através da sua remuneração fazer com que tenham uma vida decente para si e para os seus filhos.

Para finalizar conclamo, em nome da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a todos os deputados federais a ser favoráveis à aprovação do Código Florestal Nacional, para que definitivamente tenhamos tranquilidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, deputado Aldo Schneider.

Srs. deputados, conforme já anunciado pelo presidente Gelson Merisio, passaremos, neste momento, à Ordem do Dia.

Mais três partidos políticos se inscreveram e logo após a Ordem do Dia voltaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0005/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0002/2012, de origem governamental, que altera o anexo único da Lei n. 15.289, de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, objetivando a implantação do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da

Administração Estadual - PMAE - Gestão/SEA.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0042/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que dá nova redação ao § 9º do art. 3º, da Lei n. 9.120, de 1993, que cria o Conselho Estadual de Saúde.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0094/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que altera a Lei n. 4.756, de 1972, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa 3 de Maio.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos

destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0115/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0116/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0117/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0118/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0119/2012, 0120/2012 e 0121/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0122/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni.

Deputado Volnei Morastoni, esta deputada solicita permissão para assinar, juntamente com v.exa., essa indicação.

(O deputado concorda.)

Muito obrigada!

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0263/2012 e 0264/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0265/2012 e 0266/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0267/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0268/2012, 0269/2012, 0270/2012 e 0271/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0272/2012 e 0275/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0273/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0274/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria-geral e ao superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina, ao Fórum Parlamentar Catarinense e ao ministro da Justiça, apelando para que atuem com o intuito de impedir o fechamento do posto da Polícia Rodoviária Federal, situado na BR-153, Km 92, no município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0009/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República, ao presidente do Congresso Nacional e ao ministro dos Esportes, apelando pela proibição à venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol durante a Copa do Mundo de 2014.

Em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, eu quero me abster da votação dessa moção do deputado Antônio Aguiar que trata da questão da venda e do consumo de bebida alcoólica nos estádios. Acho que houve um acordo entre o Brasil e a Fifa sobre isso e, se houve o acordo, ele tem que ser cumprido.

Portanto, eu me abstenho de votar essa moção que trata da venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa, uma vez que há um acordo entre o Brasil e Fifa.

Então, eu me abstenho de votar. Se tiver que votar, votarei contra, para se cumprir um acordo firmado entre o Brasil e a Fifa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, acho melhor deixarmos essa matéria para um momento que haja um quórum mais ampliado. Recomendo que seja retirada de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Consulto os srs. líderes se podemos retirar a matéria da pauta.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada de pauta, então, a matéria, ficando para a próxima sessão, na semana que vem.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, estávamos tentando, hoje, deliberar o projeto de recondução de um membro do conselho jurídico da Agesan, mas acho que não há quórum neste momento. Todos os membros da comissão especial, presidida pelo deputado Joares Ponticelli, e sendo eu o relator, fizeram um esforço para fosse, hoje, deliberado. Olhando o plenário e fazendo as contas, acho que não há quórum nem que se permita mais cinco ou dez minutos, visto que a Ordem do Dia já está em andamento, com requerimentos, moções e indicações.

Vamos propor que na próxima terça-feira a matéria seja colocada na pauta para deliberar a questão do encaminhamento do novo conselheiro da Agesan, uma vez que amanhã também será difícil haver quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Acatado, sr. deputado!

Gostaria de registrar a presença nas galerias desta Casa do ex-deputado estadual Dionei Walter da Silva, que veio visitar este Parlamento, pois já está com saudades da atuação nesta Casa.

Seja muito bem-vindo!

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Retornamos agora ao horário reservado aos Partidos Políticos, no qual os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, servidores e público presentes na Alesc, anotei alguns assuntos para discorrer no dia de hoje. Primeiro, quero parabenizar o Ministério Público pela explanação feita pelo procurador-geral Lio Marcos Marin, acerca do relatório da gestão 2011 e do trabalho que o Ministério Público tem desempenhado.

Estavam presentes os procuradores Antenor Chinato Ribeiro e José Galvani Alberton, assim como vários outros procuradores e promotores de Justiça. Temos que reconhecer o trabalho em defesa da sociedade catarinense que tem sido feito pelo Ministério Público.

Aproveitando esse relatório e essa homenagem do Ministério Público, queremos dizer que manifestamos ao procurador-geral, há poucos instantes, o nosso reconhecimento também pelo trabalho da promotora Walquíria Danielski com referência à questão da PEC dos bombeiros, em que o Ministério Público, além de estudar e debater o assunto, apresentou a sua sugestão para alteração da nossa legislação a fim de que essa situação seja regulamentada.

Então, a proposta do Ministério Público é que devemos fazer uma alteração no art. 108 da Constituição do Estado de Santa Catarina, definindo as atribuições. Há sugestão de alteração na legislação infraconstitucional e até nas legislações dos nossos municípios, a fim de que essa situação fique devidamente regulamentada.

Queremos registrar o reconhecimento desta Casa e do povo catarinense à dra. Walquíria Danielski e ao Ministério Público de Santa Catarina, pela forma com que o Ministério Público se apresentou, não somente cobrando uma solução, mas, efetivamente, participando e apresentando uma proposta de mudança na legislação. E isso vai beneficiar toda a população catarinense.

Quero, na mesma linha, homenagear o Ministério Público Estadual, na pessoa do promotor Pedro Roberto Decomain, um especialista em legislação eleitoral que, juntamente com o procurador federal André Stefani Bertuol, está fazendo um ciclo de palestras pelo estado de Santa Catarina, orientando tanto os servidores da Justiça Eleitoral como também partidos, coligações e advogados sobre as questões eleitorais, o enquadramento e a legislação.

Então, é muito importante esse trabalho do Ministério Público Eleitoral, tanto federal quanto estadual, buscando explicar para as autoridades,

os partidos e os interessados a matéria referente à atualização da nossa legislação eleitoral.

Isso é muito importante porque há muito desconhecimento. Muitas infrações eleitorais são praticadas porque as partes desconhecem o que pode e o que não pode ser feito. Então, esse trabalho do Ministério Público também é importante. O Ministério Público está presente cobrando uma solução, mas também participando e orientando os partidos políticos e todos os interessados.

Portanto, queremos prestar, com esse reconhecimento, a nossa homenagem ao Ministério Público.

Nós tivemos a aprovação, por esta Casa, deputado Dirceu Dresch, da Lei da Região Metropolitana. Os técnicos do governo entendem que o projeto tem vício de origem, porque deveria partir do Executivo, já que há despesa na implantação da região metropolitana, e por essa razão levaram o parecer ao governador Raimundo Colombo pelo veto ao projeto.

Estive conversando sobre esse assunto com o deputado Neodi Saretta que, junto com outros colegas, defende a extensão desses benefícios da região metropolitana também para a região do Contestado. Conversei também com o governador Raimundo Colombo, solicitando o encaminhamento de um projeto de lei do Executivo para tratar de forma igualitária todos os municípios do nosso estado.

Em 2009, veio para esta Casa um projeto que estabelecia regiões metropolitanas em todo o estado. Eram 19 regiões pelo projeto, e todos os municípios ficariam contemplados. Houve uma alteração nesta Casa, e 94 municípios ficaram fora desse enquadramento.

O governo federal abrandou um pouco as exigências para a formação das regiões metropolitanas. E entendo que se abrandou é porque queria contemplar um número maior de municípios com os benefícios de verbas federais, podendo, então, atingir um maior número no nosso Brasil.

Entendemos que, se fôssemos usar a visão de região metropolitana, teríamos a região

metropolitana de Florianópolis, e acho que em Santa Catarina nem Joinville se enquadraria como uma região metropolitana. Mas teríamos a Grande Florianópolis, pelo que a legislação federal, inicialmente, previu como região metropolitana.

Pois bem: o governo federal estendeu benefícios que podem ser levados a outros municípios. São muitos os benefícios da legislação, principalmente, hoje, o financiamento habitacional para o programa Minha Casa, Minha Vida.

E o que está ocorrendo? Há municípios limítrofes em Santa Catarina que, por serem considerados dentro de uma área de região metropolitana, têm o financiamento habitacional de até R\$ 130 mil. Então, o cidadão que quer financiar a sua casa ou seu apartamento pode fazer o seu financiamento de até R\$ 130 mil, e no município ao lado o financiamento permitido é de no máximo de R\$ 80 mil. Então, a legislação iria reconhecer essa desigualdade e corrigir esse vício da nossa legislação.

Existem outros benefícios como o transporte entre a região metropolitana, o financiamento para infraestrutura, o saneamento, a ligação telefônica local entre toda a região metropolitana. Portanto, há muitos benefícios, mas o principal deles, hoje, é a questão do financiamento habitacional.

Em São Paulo, o Minha Casa, Minha Vida está financiando valores até R\$ 170 mil. Enquanto isso, em Santa Catarina, há municípios com o limite de R\$ 80 mil. Se o governo federal abrandou o conceito de região metropolitana é porque quer estender esse benefício para mais municípios. Diminuiu o número de habitantes necessários para compor a região metropolitana e flexibilizou a lei para que novas regiões possam ser enquadradas. Apenas não mudou o nome. Deveria ser um conglomerado de municípios ou uma região, e daí o técnico entende região metropolitana e quer definir como tal. Por isso a dificuldade na aprovação da lei.

Mas é importante que todos os municípios de Santa Catarina sejam tratados de forma

igualitária, todos com o mesmo valor de financiamento e recebendo os mesmos benefícios federais.

Então, conversamos com o governador, e ele já determinou estudos para que um projeto seja feito para corrigir essa distorção e trazer esse tratamento igualitário a todos os municípios de nosso estado.

Era essa a nossa manifestação.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sra. presidente, o horário seria ocupado por mim, em nome do Partido dos Trabalhadores, mas vou abdicar dele. E como a seguir seria o horário do PP, o deputado Joares Ponticelli me autorizou a comunicar que também abdica do horário para que, imediatamente, v.exa. possa encaminhar, de acordo com o requerimento subscrito pelos srs. líderes, que, por dez minutos, possamos ouvir os representantes e membros do Conselho Estadual de Saúde, que se manifestarão sobre o Samu.

Hoje pela manhã a nossa comissão realizou uma audiência pública para ouvir os trabalhadores do Samu, que são contra a proposta do governo do estado, pois acaba de emitir um edital para que o Samu seja transferido para uma organização social, o que, na verdade, em outras palavras, é uma privatização dos serviços.

Como na essência desse serviço prestado pelo Samu há a regulação médica das próprias transferências de pacientes, é algo que não podemos abrir mão como função do estado, de fiscalização do estado.

Portanto, não se pode admitir essa privatização que o governo está encaminhando a esta Casa e que diz respeito ao Samu.

Abdicamos do tempo para que os representantes dos trabalhadores possam manifestar-se neste instante.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Como o deputado Volnei Morastoni já mencionou, há sobre a mesa um requerimento.

(Passa a ler.)

"Por acordo de Lideranças, os deputados que abaixo subscrevem, com amparo no art. 65, I, i, do Pergaminho Regimental, REQUEREM a suspensão da Sessão Ordinária do dia 28 de março do corrente, pelo prazo de 10min, para ouvir os representantes e membros do Conselho Estadual de Saúde sobre o Serviço de Atendimento Móvel De Urgência - Samu."

Fará uso da palavra a sra. Simone Heidemann e o sr. Luiz Antônio da Silva.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, todos que nos acompanham, especialmente os trabalhadores da área da Saúde que hoje acompanham os trabalhos desta Casa e que lutam por melhorias na saúde pública de Santa Catarina, essa luta persiste em busca de melhorias no SUS - Sistema Único de Saúde - e pelo Samu público, pelos hospitais públicos de Santa Catarina, porque a Saúde não pode ser uma mercadoria.

A saúde tem que ser, acima de tudo, direcionada ao atendimento às pessoas e deve ser um direito. Grande parte da sociedade brasileira não tem condições de pagar um plano privado de saúde, de educação, de segurança e assim por diante. Então, o estado tem que estar presente em determinadas políticas necessárias e essenciais à

população. Essa é a nossa luta, a luta da nossa bancada, do nosso presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni. E quero aproveitar para parabenizá-lo pelo trabalho que tem feito aqui juntamente com as organizações, pois tem dedicado sua vida ao socorro e ao atendimento à nossa população no momento mais delicado, que é o da doença.

Então, parabéns a todos que trabalham por essa causa.

Quero trazer um assunto muito polêmico em nosso país neste momento, que está criando até uma crise, uma dificuldade entre a presidente Dilma, o governo e a relação com o Congresso Nacional, que é a votação do Código Florestal Brasileiro. E quero tranquilizar todos os catarinenses do interior ou das cidades, porque todos estão envolvidos nesse tema ambiental.

Muito se fala, deputada Ana Paula, v.exa. que é de Blumenau, que a lei, o projeto que passou no Senado, não contemplou os pequenos e que é preciso aperfeiçoar o projeto para melhor atendê-los. Mas não é verdade.

Há pouco o deputado Aldo Schneider veio à tribuna e falou sobre esse tema. Quero, então, tranquilizá-lo e dizer que se o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, aprovar o projeto que foi acordado no Senado Federal com relação às pequenas propriedades, estará resolvida essa questão.

E por que esse grupo de deputados ligados à bancada ruralista continua insistindo e falando em nome dos pequenos?

Quero dizer que a Contag, a Federação Nacional da Agricultura, a Fetraf/Brasil, a Via Campesina, o Ministério do Meio Ambiente, o governo, as entidades acordaram o texto, que foi o máximo, no acordo entre ambientalistas e organizações, que eles conseguiram produzir, mesmo com insatisfação de muitas lideranças ambientalistas no Brasil. Mas se construiu esse acordo, avançou-se muito.

Quero dizer com muita tranquilidade, e refiro-me a todo o estado, aos agricultores, que esse texto, de fato, resolve, praticamente todas as

questões relacionadas à pequena propriedade, à agricultura familiar.

Portanto, resolvendo o problema das pequenas propriedades estamos resolvendo, praticamente, 95% das questões de Santa Catarina. Restam, apenas, 5% dos agricultores que ainda não estariam atendidos, que possuem propriedades maiores.

Agora, não podemos concordar com a questão das multas ambientais. O governo já cedeu, já concordou em perdoar até 75% das multas ambientais, inclusive, de grandes propriedades, de desmatadores da Amazônia, mas isso ainda não é suficiente.

Outra questão é a diferenciação entre a pequena e a grande propriedade. O texto acordado aborda, de forma clara, a diferença existente entre a agricultura familiar e a patronal, a grande propriedade. O texto ficou muito bom. Mas não há acordo por parte dos grandes proprietários.

Então, a questão da APP, da redução, e aqui, deputado Aldo Schneider, não são 50m. Para a pequena propriedade está-se reduzindo para área consolidada. Tudo que já existe até 2008 reduz para 15m.

Então, como não proteger 15m? E se isso não é suficiente para o agricultor proteger, ele pode ainda ter o projeto que passou no Senado, que é a valorização, o pagamento por serviços ambientais, ou seja, os agricultores receberem também uma remuneração para preservar, porque precisa preservar.

Estamos vivendo mais um momento de grandes estiagens pelo sul do Brasil. Então, é necessário os agricultores protegerem.

Então, para 15m, na minha avaliação, está muito bom. O que está em mata continua 30, o que está aberto fica para 15m.

A questão da reserva legal muda toda. É gratuito para a agricultura familiar, diminui, tira a burocracia, é bem prático fazer a reserva legal. Então, essas questões resolvem o problema da questão do Código Florestal Brasileiro.

Então, faço um apelo aos nossos deputados federais, aos desta Casa, para que o Congresso

vote o texto que foi acordado no Senado, que está muito bom, resolve o problema da pequena propriedade.

E não podemos entrar no discurso de que a grande propriedade não precisa preservar ou ela tem que ter a mesma condição de uma propriedade de cinco, dez, 15, 20ha.

Entendemos que se aprovar esse projeto que está tramitando, que passou no Senado, se a Câmara aprovar, estará contribuindo sim e resolvendo grandes impasses da nossa agricultura familiar.

Por isso, estamos apoiando esse texto e vamos trabalhar para que ele seja aprovado.

Para finalizar, temos aqui uma situação novamente da suinocultura, uma redução de preço: as empresas, as indústrias alegam que há uma superprodução e que isso está derrubando o preço. Mas é lamentável, deputada Ana Paula Lima, deputado Padre Pedro Baldissera, porque quem constrói o volume de produção são as próprias indústrias, não é o agricultor. Elas têm autonomia de fazer o controle de produção.

Então, se tem muita oferta, o que está acontecendo? A agricultor vai pagar mais uma vez a conta, se não foi ele que teve a oportunidade de controlar o processo produtivo?

Então, inclusive protocolamos hoje na comissão de Agricultura o pedido de realização de uma reunião para chamarmos aqui as indústrias e empresas, para esta Casa interferir nas interlocuções entre agricultores e organizações, pois os agricultores estão reclamando, reivindicando, mas não estão sendo ouvidos nesse momento de mais dificuldades.

Felizmente o governo federal, numa política de ajuda aos agricultores atingidos na questão da estiagem, está trazendo milho para o estado a R\$ 21,00 a saca. Já chegou uma boa parcela de milho, mais de 20 mil toneladas, para o estado abastecer os nossos agricultores e fornecê-lo a um preço menor.

Então, há uma ajuda do governo, mas com certeza isso também não resolve o problema dos nossos suinocultores do estado que estão entrando

novamente num processo de prejuízo, porque o preço estava a R\$ 2,30 para os agricultores integrados, e a perspectiva de cair já está em R\$ 2,00, mas vai diminuir em R\$ 0,20 e chegar a R\$ 1,80 o quilo do suíno para o agricultor.

Isso não é possível, porque os agricultores estão produzindo tendo prejuízo com esse valor, e há uma luta para que se reverta essa lógica, essa caída de preço, porque os nossos agricultores familiares são os mais atingidos, aqueles que não têm um grande volume de produção, mas são importantes para manter os nossos municípios que geram renda para eles que têm a produção da suinocultura.

Então, era isso, sra. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Queremos também comunicar que estaremos amanhã nos deslocando para Brasília para participar de uma audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, para discutir a pauta da agricultura familiar relacionada à estiagem de nosso estado e do sul do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Quero cumprimentar o sr. Pedro, que é presidente do sindicato da Saúde, Sindsaúde, assim como todos os funcionários que estão presentes, a nossa companheira Edileuza, e em nome dela cumprimento todas as mulheres guerreiras e batalhadoras em prol da saúde.

O próximo orador inscrito, em Explicação Pessoal, é o deputado Padre Pedro Baldissera a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima que preside esta sessão, srs. deputados, quero saudar todos os nossos companheiros e companheiras lutadores da saúde pública. Aliás, coincidindo também, e aqui faço questão de mencionar, com o importante debate trazido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que diz respeito à Campanha da

Fraternidade deste ano trazendo para discussão a saúde pública.

Em vários momentos desta tribuna tivemos a oportunidade de fazer questionamentos e ao mesmo tempo várias reflexões sobre todo o sistema, especialmente a questão que envolve o Sistema Único de Saúde, bem como outros. E aqui de maneira muito forte o deputado Volnei Morastoni, como presidente da comissão, em vários momentos tem tecido muitas reflexões.

Portanto, é um tema extremamente importante, pois quando se pensa na qualidade da vida de nossos cidadãos e cidadãs, não há dúvida nenhuma de que a saúde é colocada como uma das grandes prioridades do nosso povo.

Dentro disso também em vários momentos, deputada Ana Paula Lima, tive oportunidade de fazer algumas reflexões sobre várias questões que estão intimamente ligadas à vida dos nossos cidadãos e cidadãs como, por exemplo, sobre uma alimentação saudável.

Quando falamos de saúde, automaticamente falamos também daquilo que circunda a vida e que tem uma relação profunda com ela. E não temos dúvida nenhuma de que a alimentação é primordial. Tratamos da alimentação orgânica, agroecológica, sem agrotóxicos, exatamente no sentido de dar uma qualidade maior à vida e às pessoas deste nosso planeta.

Junto com isso, temos a questão da nossa agricultura agroecológica. Inclusive, no dia de hoje, houve dois momentos importantes que reuniu aqui uma das nossas iniciativas, que é a de construir um fórum para realmente não só debater, mas também apresentar propostas alternativas para a nossa agricultura agroecológica, orgânica. Neste sentido também tendo em vista a qualidade de vida, a saúde de nossas pessoas. O fórum tem se reunido e aprofundando esse debate.

Além disso, na segunda-feira última, na cidade de Chapecó estivemos reunidos instalando a câmara regional do oeste que trata das questões que envolvem a piscicultura. Nasceu essa ideia no ano passado, quando realizamos no estado de Santa

Catarina o primeiro Pense e Pesca, debatendo também alternativas de alimentação e por que não trazer presente a questão do pescado.

Neste sentido surgiu como proposta a criação de um fórum para debater questões ligadas à aquicultura e à pesca; também desencadeou em outras importantes reuniões no interior do nosso estado de Santa Catarina, entre elas, ao findar o ano de 2012, realizamos um grande seminário na cidade também de Chapecó sobre créditos voltados para o setor da piscicultura. Tivemos a presença do ministério da Aquicultura e Pesca e do Banco do Brasil fazendo esse debate com centenas de agricultores e levantou-se lá várias possibilidades.

Desse seminário surgiu também a demanda da instalação da construção de alguns espaços estratégicos para debater a questão da piscicultura. E ali, então, nasceu a ideia da criação da câmara temática para discutir, debater e levantar ações que pudessem culminar em melhor qualidade de vida proporcionando renda, através da agregação de valor de toda a cadeia produtiva do peixe para os nossos agricultores e agricultoras que trabalham com a questão da piscicultura.

O encontro reuniu a Superintendência da Aquicultura e Pesca do estado, a secretaria da Agricultura do estado, através da diretoria da agricultura familiar e da aquicultura e pesca. Ao mesmo tempo, tivemos também a comissão de Agricultura e Pesca desta Casa, juntamente com os nossos piscicultores, movimentos sociais, associações de pescadores, a Epagri, enfim, a presença de inúmeras lideranças, quando se tentou, além de fazer as reflexões devidas à questão, apontar algumas ações para o futuro. Foi uma reunião extremamente importante. E assim nós reativamos, construímos e instalamos esta Câmara Temática da Piscicultura.

Claro que uma demanda surge do debate de Chapecó na última segunda-feira, deputado Sargento Amauri Soares, que tem sido a busca de reativar a câmara temática estadual da Pesca e da Aquicultura. E coletivamente, com a diretoria da

Agricultura Familiar e Aquicultura e Pesca do nosso estado, juntamente com a Superintendência do Ministério da Aquicultura e Pesca, a comissão da Assembleia Legislativa, quem sabe até possa transformar essa comissão temática num grande conselho que possa não ser somente consultivo, mas também possa deliberar e ao mesmo tempo ter autonomia de criar programas, políticas ou pelo menos colocá-las à disposição da diretoria da Agricultura Familiar e da Pesca do estado de Santa Catarina. E esse foi um dos nossos encaminhamentos tirados dessa reunião de instalação da comissão temática que debate a Aquicultura e a Pesca no nosso estado.

Srs. deputados, no debate tem sido colocado que o setor da piscicultura, principalmente no oeste do estado, devido à grande estiagem de mais de 100 municípios que decretaram até mesmo situação de emergência, tem-se tido ali, basicamente, a redução de até 40% da oferta do peixe, por causa da estiagem. Portanto, possivelmente, teremos uma perda calculada em mais de 30%. Agrava-se sem dúvida nenhuma a situação.

Para concluir, sem dúvida nenhuma, esse contexto e essa situação já estão agravando esse setor da piscicultura no oeste do nosso estado. Esperamos que possamos suprir essa demanda através de algumas parcerias que buscaremos e construiremos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através dos meios de comunicações nesta tarde de quarta-feira, especialmente servidores e servidoras da saúde pública do estado e demais entidades que acompanham este debate e participaram, efetivamente, da luta contra a privatização ou a continuidade da privatização no serviço de saúde.

Essa é a pauta que vocês trazem à Assembleia Legislativa hoje, mas quero, inicialmente, fazer uma exposição, um pronunciamento a respeito da exposição que está havendo no *hall* da Assembleia Legislativa, que todos os servidores e deputados puderam ver e, evidentemente, chamou atenção.

Quero parabenizar os organizadores do *Coletivo Catarinense - Memória, Verdade e Justiça* pela exposição, pois é muito importante, neste momento, para registrar fatos da história e para chamar a atenção das autoridades competentes sobre o assunto.

Passo a ler um breve texto elaborado pelo *Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça*.

(Passa a ler.)

"Verdade da Repressão, Direito à Memória

A exposição consta com 22 painéis relatando em fotos e frases curtas o que foi a ditadura militar que completa 48 anos, nesta semana.

Vemos fotos da resistência religiosa, resistência política, resistência cultural, operária e estudantil. Esgotadas todas as possibilidades, muitos militantes partiram para a resistência armada. Lembra a luta pela anistia e traz fotos dos desaparecidos cujos corpos nunca foram devolvidos às famílias.

A exposição é patrocinada pela secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República e veio para Santa Catarina por solicitação do *Coletivo Catarinense - Memória, Verdade, Justiça*, que trabalha a formação da memória dos desaparecidos políticos em Santa Catarina.

Lembrar os fatos de nossa história recente é fundamental porque quem não analisa o passado tende a repeti-lo, e não estamos imunes a que tragédias como essas não voltem a acontecer.

Hoje a Presidência da República se empenha para a criação da Comissão da Verdade. E o Ministério Público trabalha incansavelmente para que os torturadores sejam levados a julgamento.

O Exército Brasileiro, que tantas páginas gloriosas escreveu em nosso país, herdeiro de Benjamin Constant e dos positivistas, não pode

continuar com essa mancha. Precisa rever sua posição e colocar-se ao lado do povo, da verdade e da justiça.

Como afirma o grupo catarinense: Para que nunca se esqueça! Para que nunca mais aconteça!"

Convido todos visitantes e srs. deputados para visitarem e darem uma atenção mais demorada a essa exposição que está acontecendo no nosso *hall*. E mais uma vez parabênzo os organizadores do coletivo catarinense.

Quero lembrar que estivemos, e uma série de outras entidades do campo popular também, na cidade de Lages, na última segunda-feira, "visitando" entre aspas um sujeito que está preso naquele estabelecimento. Foi preso no oeste catarinense, no mês de janeiro, por estelionato, com nome falso. Aliás, é a segunda vez que é preso no Brasil por estelionato. E agora, nessa segunda prisão, descobriu-se que estava com identidade falsa, portanto, mais um crime, o de falsidade ideológica.

Trata-se de Cláudio Vallejos, um argentino que participou, na década de 70, do sequestro, da morte e do desaparecimento de um pianista brasileiro do grupo de Vinícius de Moraes e possivelmente participou de outras ações, de outros crimes contra a humanidade, contra brasileiros, contra argentinos e contra o povo latino-americano.

Fomos lá para que as autoridades brasileiras tomem providências a fim de que ele não seja liberado pelo crime de estelionato - e ainda não o foi -, porque é reincidente, e para que não desapareça do mapa, ele que é procurado pela Interpol e, inclusive, pela Justiça argentina. Assim, queremos que as autoridades tomem posição nesse sentido, porque com todo o seu cinismo recusa-se a dar entrevista e diz que é um direito dele não ser importunado.

Nós é que lutamos para que os presos tivessem o direito de não ser importunados, mas ele, no passado, não respeitava em absoluto nenhum desses direitos, inclusive torturava e matava. Agora, entretanto, está escudado no direito de não ser

importunado sequer para dar entrevista para um jornalista dentro do estabelecimento penal.

Da pauta especificada e do trabalho feito pela Simone, pelo Luiz Antônio e por parlamentares na tarde de hoje, constam a luta pelo serviço público em geral, pelo serviço público na área da Saúde e a intenção do governo do estado de Santa Catarina de privatizar o Samu, apesar de a Portaria n. 2.026, de 2011, do ministério da Saúde, impedir.

Esses serviços não podem ser entregues às entidades privadas. Está escrito na portaria que regula e inclusive define os valores que estados e municípios vão receber para realizar o serviço.

Em Santa Catarina, infelizmente, o secretário da Saúde, o secretário do Planejamento, enfim, o governo do estado mostra-se surdo com relação a essa realidade e também para o fato de que existe decisão judicial transitada e julgada determinando que o estado de Santa Catarina se abstenha, e essa é a palavra, de terceirizar a atividade fim do serviço de saúde, como também já foi citado nesta tribuna, na tarde de hoje.

Então, é lamentável que isso esteja acontecendo, que o governo alegue agora que falta funcionários do Samu, que o serviço está no colapso, que está fazendo contrato reiterando o contrato mês a mês. Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. pode imaginar alguém que realiza um serviço fim, de atendimento de ponta, à população catarinense que tem contrato mensal? Tinha um contrato bianual de dois anos que venceu, e, aí, agora, todo mês renova-se por mais um mês, por mais um mês.

O Samu foi organizado no estado de Santa Catarina em 2005. São sete anos de funcionamento do Samu neste estado. Não deu tempo para fazer um concurso público. Não deu tempo sequer para mandar para esta Casa uma lei que estabeleça o quadro funcional, o quadro de funcionários, de médicos, de enfermeiros, de técnicos, de auxiliares, de motoristas, para o Samu. Não deu tempo, em sete anos!

Neste mesmo período a legislatura passada inteira votou no mínimo dezenas de projetos

criando estruturas nos aparatos de cúpula do estado, no Poder Judiciário, no Ministério Público, no Tribunal de Contas e no Poder Executivo. Inclusive, depois que foi criado o Samu, foram criadas outras tantas secretarias de Desenvolvimento Regional. Ou seja, para aumentar as SDRs houve recursos, condições, dinheiro, nesses últimos sete anos. Mas para criar uma estrutura funcional para o Samu não teve.

Foram feitos contratos temporários de dois anos para garantir o funcionamento do Samu, pois o contrato venceu e não se fez o concurso. Não existe outra avaliação possível a não ser que o planejamento para o serviço público nessa área foi feito justamente para dar errado, que se planejou para que não desse certo, que se planejou para que chegássemos nesta altura do campeonato e se dissesse para os trabalhadores que estão na linha de frente, para a sociedade, que temos que entregar para uma organização social, que temos que terceirizar.

Para este deputado não tem outra palavra para definir isso a não ser privatização desses serviços, e a Constituição Federal proíbe que seja entregue a terceiros, a terceirizados, os serviços de ponta, a função fim do serviço público. Então, isso a Constituição Federal veda. É preciso fazer esse registro.

Por fim, quero parabenizar a deputada Ana Paula Lima que preside esta sessão, as entidades, o Sindsaúde, as demais entidades que participam dessa luta, os servidoras e as servidores que estão lutando, apesar de que o governo mostra-se surdo à realidade social, à legislação e à Justiça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sra. presidente.

Mais uma vez estou aqui fechando os trabalhos na Assembleia Legislativa.

Cumprimento os servidores da área da Saúde. Quero dizer da satisfação de termos recebido nesta Casa, nesta tarde, a visita do colega Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Abit - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.

É importante lembrar que Santa Catarina, deputada Ana Paula Lima, ainda representa 25% da produção de cama e mesa e 15% de vestuário no país. Nós, que somos da região de Blumenau, sabemos da importância da indústria têxtil para Santa Catarina não só historicamente, mas no que diz respeito ainda hoje à questão da mão-de-obra na nossa região. E queremos estar juntos nesse processo, nesse grito de alerta que a Abit está fazendo no que diz respeito à questão industrial do país, em especial às questões de infraestrutura.

Também, sra. presidente, ouvimos com muita atenção os depoimentos do Ministério Público de Santa Catarina, e dois dados chamaram a nossa atenção. Primeiramente, 33.575 mil denúncias foram levadas ao Ministério Público, dessas 10% referem-se aos crimes de tráfico de drogas. Por outro dado, deputada Ana Paula de Lima, dez mil atos infracionais foram cometidos por adolescentes em Santa Catarina, que demandaram ajustes de conduta. Então, é importante que a promotoria esteja atenta também a esses casos no estado de Santa Catarina.

Por falar em adolescente, permitam-me lamentar um cartaz que recebi aqui - e deixe-me colocá-lo à disposição do câmara, embora em preto em branco -, infelizmente, do DCE da Furb.

Eu acredito que o nosso reitor, dr. Natel, não tenha ciência desse cartaz e dessa ação do DCE. E quero aqui protestar que o DCE está promovendo um campeonato de futsal e truço, que vai ocorrer no dia 31 de março, no próximo sábado. A premiação para o Futsal será: para o primeiro lugar, 15 torres de chope; para o segundo lugar, dez torres de chope e para o terceiro lugar, cinco torres de chope. Agora a premiação para o truço será: para o

primeiro lugar cinco torres de chope, para o segundo lugar três torres de chope e para o terceiro lugar uma torre de chope.

Para nós, que fazemos parte da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, é insensato fechar os olhos para uma organização de ensino superior que decide premiar as suas competições com a distribuição gratuita de bebidas alcoólicas. Seria muito mais prudente e louvável premiar com livros, com DVDs de bons filmes, com ingresso para peças teatrais. Enfim, precisamos de mais cultura e de menos chope. Fica aí o nosso protesto!

Eu quero registrar com muita satisfação, srs. deputados que permanecem no plenário, a nossa visita ontem no município de Bocaina do Sul, no planalto serrano, onde estivemos juntamente com o secretário da Agricultura, deputado João Rodrigues, na entrega de sementes, um projeto inusitado em Santa Catarina. As sementes para plantação de girassol já foram entregues em cinco municípios com sucesso.

Eu até pediria que a assessoria pudesse passar algumas imagens que trouxemos de lá, ontem, mostrando a nossa intervenção com a prefeita Marta e o secretário Regional. Enfim, mais de 200 agricultores estavam presentes nessa atividade, em Bocaina do Sul. E a secretaria de Agricultura também forneceu um trator.

É um projeto bonito, implantado há três meses, que está uma beleza não apenas na estética do girassol, mas dando resultados também através do Biodiesel, do óleo de cozinha, do mel, também servindo para a questão pecuária. Enfim, trata-se de uma cadeia de ações positivas, capitaneada pelo pequeno município de Bocaina do Sul, que está fazendo história na serra catarinense.

Fizemos parceria agora com os municípios de Palmeira, São José do Cerrito, Capão Alto e há mais um que me fugiu da memória. Cinco municípios estão inseridos nesse projeto Girassol. E quero parabenizar a prefeita da cidade de Bocaina do Sul pela belíssima iniciativa e pelo incentivo que tem dado aos agricultores para que permaneçam no

campo.

Faço também referência, srs. deputados, à visita que fizemos ou melhor à audiência pública realizada em Abdon Batista, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que também faz parte dessa comissão, mas que não pode estar presente, mandando seu representante.

Este deputado, como vice-presidente da comissão de Direitos e Garantias da Família, esteve no meio oeste catarinense, na última quinta-feira, para olhar com muito carinho a questão dos trabalhadores. Há mais de 1.300 trabalhadores, ou seja, 40%, fora do trabalho por questões que ainda não foram acertadas com a empresa.

O que nos preocupa também são as famílias atingidas, o reassentamento das 539 famílias não apenas no município de Abdon Batista, mas em outros municípios que vão ser atingidos por essa usina hidroelétrica Garibaldi.

É bem verdade que há a necessidade do desenvolvimento econômico. Pelos dados que recebemos e conforme a previsão, na instalação da usina hidroelétrica Garibaldi a localidade de Araçá usará o potencial do rio Canoas para a formação de um reservatório que vai exigir a remoção de mais de 500 famílias em cinco municípios do entorno.

O muro da barragem terá 37m de altura e 915m de extensão, enfim, será uma barragem com capacidade de gerar energia suficiente para abastecer um município com 300 mil habitantes. Os gastos previstos são de R\$ 450 milhões em investimentos, e a geração de energia está prevista para 2014. Mas o que nos chamou atenção foi a forma como a empresa está tentando negociar com essas famílias, inclusive com ameaças, com propostas indecentes.

Eu espero que a empresa tenha consciência. Até já fizemos contato com o Ministério das Minas e Energias, com o dr. Márcio Zimmermann, que é catarinense, para tratar a questão. Esperamos o bom senso, pois nós, catarinenses, queremos, sim, o desenvolvimento econômico, mas não vamos abrir

mão da justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -
Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.